

A VOZ DOS ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS DO BAIRRO JAQUELINE NO MUNICÍPIO DE IÇARA/SC

Ana Claudia Soares dos Santos¹

Gisele Ghedin Carlos²

Maria de Lourdes da Silva Leite Bastos³

Resumo

O presente artigo apresenta como tema “A Voz dos Adolescentes: estudo de caso no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do Bairro Jaqueline no município de Içara/SC. O objetivo geral é verificar o impacto das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes participantes, contribuindo na preservação da violação de direitos no contexto familiar e social. Para tanto, os objetivos específicos que norteiam esta pesquisa são: caracterizar o perfil dos adolescentes que participam das ações socioeducativas; verificar o que motivou os adolescentes a participarem das ações socioeducativas; conhecer a percepção dos adolescentes quanto ao trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e identificar se houve alguma mudança na vida dos adolescentes após participarem das ações socioeducativas. Como método, optou-se por ser uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva de natureza quanti-qualitativa. A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Os principais resultados encontrados nesta pesquisa apontam como de extrema importância as ações socioeducativas desenvolvidas com os adolescentes, haja vista, contribuírem para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, estimularem o protagonismo social, promoverem suas capacidades e autonomia, objetivando a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral dos adolescentes. O estudo também demonstra que há pouca participação das famílias, exigindo um estudo mais detalhado que aponte os motivos que estejam contribuindo para a pouca participação destas no CRAS.

Palavras-chave: Assistência Social, CRAS, Adolescentes.

¹ Graduada em Serviço Social, aluna do Curso de Pós Graduação no SUAS e o Trabalho Interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL – anaclaudiasoaresantos@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social, aluna do Curso de Pós Graduação no SUAS e o Trabalho Interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL – gighedin@hotmail.com

³ Graduada em Psicologia e Serviço Social. Mestre em Gestão da Qualidade. Professora orientadora no Curso de Pós Graduação no SUAS e o Trabalho Interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - basto1964@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente produção científica tem como finalidade apresentar a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jaqueline no município de Içara/SC, para os adolescentes inseridos neste serviço. A escolha por esta temática deu-se em razão da necessidade em se aprofundar o tema escolhido a fim de realizar uma análise dos serviços ofertados aos adolescentes a partir do que preconiza o SUAS – Sistema Único de Assistência Social no nível da Proteção Social Básica.

Para tanto, pretende-se verificar o impacto das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes participantes e que contribuem para evitar a violação de direitos no contexto familiar e social.

Diante da atual conjuntura social e das inúmeras expressões da questão social, o CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, constituindo-se como um espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios e materializando a Política de Assistência Social, possibilitando o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais. No intuito de contextualizar melhor esta discussão, este artigo apresenta, inicialmente, uma breve explanação acerca da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), bem como as conquistas consolidadas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Na sequência, destaca-se a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os adolescentes e sua importância em proporcionar espaços de sociabilidade, resgate da autoestima e construção de novas identidades que produzam novas formas desses adolescentes se relacionarem e que, conseqüentemente, produza reflexos no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Após, pretende-se suscitar algumas reflexões acerca dos fatores que envolvem adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e de que forma as ações socioeducativas podem contribuir de forma preventiva na minimização destes riscos. Cabe ressaltar que o viés teórico que guiará nossas discussões será o de reconhecer os adolescentes enquanto sujeitos socioculturais, com suas histórias e projetos, a partir de uma reflexão sobre o seu cotidiano e formas

de organização familiar para promover suas capacidades e autonomia, objetivando a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do adolescente, desenvolvendo suas habilidades gerais. Por fim, serão apresentadas as delimitações metodológicas, os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS

A década de 1980 constitui-se num importante marco histórico para a Assistência Social, visto que com a promulgação da Constituição Federal em 1988, passa a ser instituída como uma política social não contributiva, direcionada para quem dela necessitar, compondo o tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social).

Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a qual regulamentou e materializou os artigos da Constituição Federal em relação à assistência social. A LOAS buscou superar a idéia de benemerência e clientelismo que até então caracterizou a Assistência Social brasileira, reafirmou os preceitos constitucionais, considerando a Assistência Social como política pública de direito de todo cidadão que dela necessitar e garantia de direitos sociais. Em seu artigo 1º a LOAS define a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, como política da seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Nesse processo de consolidações da Assistência Social enquanto Política Pública ocorreu em 2003 a IV Conferência Nacional de Assistência Social a qual deliberou pela reorganização da Política. Para tanto, o Conselho Nacional de Assistência Social instituiu a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, a fim de dar efetividade às determinações da LOAS. A PNAS/2004 define as bases para o novo modelo de gestão da Política Pública de Assistência Social através da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS prevê a adoção de um modelo de política social descentralizada e participativa e tem por objetivo a regulamentação e organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional, com foco prioritário à família. Os eixos estruturantes da gestão do SUAS foram definidos pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), debatida e aprovada em 2005. A NOB/SUAS

normatiza e padroniza a implantação do SUAS em todo o território nacional. Ainda no ano de 2004, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que em seu âmbito criou a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que busca fortalecer e acelerar o processo de construção do SUAS. Em outubro desse mesmo ano, o MDS através da SNAS publicou a versão final da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145, sendo publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004. Esta política introduz mudanças tanto nas referências conceituais, como em sua estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações na área. A Política Nacional de Assistência Social tem como princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26).

Como se pode observar reafirma-se a natureza não contributiva da Assistência Social, passando a ter como foco de atenção dessa política as necessidades e não o mais necessitado. A Política de Assistência Social passa a ser acessível a todos que dela necessitarem sem exceção ou discriminação, mas sendo ela passível também à disponibilidade de recursos, que na contra corrente das escolhas políticas e econômicas são cada vez mais escassas para as políticas sociais. Como forma de organização a PNAS será orientada segundo as seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 26-27).

A descentralização político-administrativa reforça o papel das três esferas do governo na condução da Política de Assistência Social, a participação da população passa a ser feita através dos Conselhos e Conferências (Municipais, Estaduais e Nacional) onde a população ajuda a formular e controlar as ações na área da Assistência Social. A família passa a ser o principal foco para a elaboração dos serviços, programas e projetos e reforça-se ainda a responsabilidade do Estado na condução dessa política.

A PNAS possibilita explicitar e tornar claras as diretrizes que vão efetivar a Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, possuindo um modelo de gestão compartilhado, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo. A implantação da PNAS define a Assistência Social como política de proteção social aos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. O Sistema de Proteção Social segundo a PNAS divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade de modo a garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia) e de acolhida e convívio ou vivência familiar.

A proteção social básica é de responsabilidade dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os serviços de proteção básica têm a família como unidade de referência e ofertam um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, além da promoção de sua integração ao mercado de trabalho.

Já a proteção social especial é de responsabilidade dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social -CREAS- e consideram dois níveis de complexidade, a média e a alta, ambas direcionadas para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de direitos violados. O que diferencia os níveis de complexidade é a existência ou não de vínculos familiares e ou comunitários, sendo que quando há rompimento dos laços familiares e/ou comunitários configura-se a alta complexidade e, quando há apenas uma ameaça de rompimento configura-se a média complexidade (BRASIL, 1993, 2004).

2.1 Proteção Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

No que se refere à Proteção Social Básica, sendo este o foco desta pesquisa, a mesma se caracteriza por um trabalho preventivo de situações de risco por meio do desenvolvimento de

potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e/ou comunitários, uma vez que estes últimos, na proteção básica encontram-se fragilizados, mas não há violação de direitos (BRASIL, 1993).

As ações no CRAS ocorrem através de orientações, encaminhamentos e acompanhamentos que possibilitam a inserção dos usuários na rede de proteção básica e especial da Assistência Social. O acesso dos usuários aos serviços ofertados pelo CRAS, em sua área de abrangência, ocorre por demanda espontânea, busca ativa de famílias feita pelos técnicos ou por encaminhamentos realizados pela rede socioassistencial e pelos serviços das demais políticas públicas.

O CRAS conta com uma equipe mínima que depende do porte do município, a qual se constitui por técnicos de nível médio e técnicos de nível superior, sendo Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos. As equipes devem contar sempre com um coordenador com nível superior, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos e serviços e/ou benefícios socioassistenciais. Contudo, a composição da equipe de referência do CRAS depende ou varia de acordo com o número de famílias referenciadas, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. O município de Içara se enquadra no perfil de médio porte, com 5.000 famílias referenciadas.

No quadro abaixo estão especificados o número de técnicos que deverão compor a equipe a partir do número de famílias referenciadas nos municípios:

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrôpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS (2006)

As atividades desenvolvidas no CRAS visam promover impactos na dimensão da subjetividade dos usuários, tendo como diretriz a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de risco.

A Proteção Social Básica desenvolve os seguintes serviços através do Centro de Referência de Assistência Social:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2013) o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, descreve suas ações como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), promovendo o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar prevista na Política de Assistência Social.

Assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visa trabalhar as diferentes vulnerabilidades apresentadas, buscando compreender a partir das dimensões sócio-históricas dos beneficiários.

3. A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IÇARA/SC

3.1 Caracterização do Município

A origem do nome Içara vem de içaroba, espécie de palmeira muito comum no início da colonização. A localidade de Urussanga Velha foi à base do município, que teve sua ocupação no final do século XVIII com a exploração das culturas da mandioca e cana de açúcar. Por volta de 1920 caiu na Lagoa dos Esteves um hidroplano com dois tripulantes: Aliatar Martins e John

Pinter (inglês). Devido a este fato “Aliatar Martins” foi o nome dado à região por ter sido alvo da imprensa escrita da época, inclusive na Inglaterra por terem suposto que os dois corpos haviam desaparecido na lagoa. Aliatar Martins e John Pinter foram os primeiros corpos a serem enterrados no Cemitério de Urussanga Velha.

Esta denominação não levou muito tempo para ser alterada. Devido ao desenvolvimento crescente, com a construção da Ferrovia Dona Teresa Cristina, em 1924 os ferroviários que cruzavam o território começaram a notar uma grande quantidade de um tipo de palmeira chamada Içaroba ou Giçara, no km 47 da ferrovia, trecho percorrido pela Maria Fumaça que ligava Criciúma e Tubarão. Neste período, Içara recebia desses trabalhadores a denominação de KM 47. A colonização da cidade teve início com a vinda de açorianos na orla marítima.

Com o passar dos tempos, a região começou a atrair mais pessoas em virtude da qualidade do solo bastante fértil para a agricultura. Após os açorianos, chegaram os italianos, depois os poloneses e alemães provenientes de Criciúma e Urussanga. A etnia negra também faz parte da colonização de Içara que, provavelmente, chegou entre os açorianos e italianos. Com a construção da Ferrovia Dona Teresa Cristina e a chegada dos Imigrantes, a cidade de Içara é elevada a Distrito de Criciúma. Em 20 de dezembro de 1961 é criado o município de Içara com sua instalação efetivada no dia 30 do mesmo mês.

Hoje o município é conhecido por suas praias, lagoas e plataforma de pesca. Também é reconhecida como a “cidade mais doce do Brasil”, como a maior produtora de mel. Parte do território de Içara está no litoral, responsável pela multiplicação da população da cidade durante o verão. 21 Içara foi distrito de Criciúma desde 1944, sendo emancipada em 30/12/1961 (Lei 796).

As principais atividades econômicas do município de Içara são: apicultura, agricultura, com destaque para o fumo e feijão, descartáveis plásticos; cerâmica vermelha (olarias), comércio forte; indústria metal mecânica.

No que diz respeito à população no município de Içara, podemos fazer o seguinte parâmetro para acompanhar o crescimento populacional: em 1991, segundo dados do IBGE, a população era de 38.095 habitantes, sendo que 72,8% residiam na área urbana e 28,2% na área rural. No ano de 2005, contava com 55.236 habitantes, sendo 82,20% na área urbana e 17,8% na área rural. No censo de 2009 a população passou para 57.103 habitantes, sendo 92% na área urbana e 8% na área rural (SIAB, 2010).

De acordo com o censo do IBGE no ano de 2010 a população passou para 58.833 habitantes e conforme estimativa do IBGE, no ano de 2015 o número de habitantes terá diminuído para, aproximadamente, 53.145 habitantes. Pode-se dizer que esta diminuição da população ocorreu em função da emancipação municipal do Balneário Rincão que antes pertencia ao município de Içara.

3.2 O Sistema Único de Assistência Social no município de Içara/SC

A Assistência Social no município de Içara/SC surge a partir Lei nº 236 de 19/02/1973 vinculada a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, permanecendo por longo período no atendimento as demandas pontuais e emergenciais, sem estrutura definida como política pública. Em 1.989, pela Lei Nº. 702 de 20/01/1989 a Assistência Social passa por algumas alterações, inicialmente, a partir de sua vinculação junto a uma única política, a de Saúde, denominando-se Secretaria de Saúde e Bem Estar com competências para executar a política de desenvolvimento social e de integração da população mais carente do Município; desenvolver programas e projetos que visem melhorar as condições sociais e econômicas da comunidade; atender aos necessitados que se dirigem à Prefeitura em busca de auxílio, encaminhando-os aos órgãos adequados para a solução dos seus problemas; e executar outras atividades que visem o bem estar da comunidade como um todo.

A partir da Lei Nº. 1.329, de 16/10/1997, com a designação de Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social passa a implementar ações voltadas à supervisão dos Serviços de Saúde, Promoção e Assistência Social; desenvolvimento comunitário; promoção, assistência e recuperação social; e habitação de natureza social A partir de 2009, com a Lei nº 34 de 29/01/2009 passa a denominar-se Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda e, estabelece a Assistência Social como política pública, priorizando ações de implementação da política municipal de Assistência social com a descentralização político administrativa e o comando único das ações.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica/2005, e partindo da premissa da Assistência Social como um direito de cidadania e dever do Estado, a Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, órgão gestor da Assistência Social no Município, vem buscando consolidar a Política de

Assistência Social em Içara na perspectiva de efetivação do SUAS, viabilizando ações à população usuária em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo a inclusão social. Introduzindo mudanças nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações o Município de Içara foi habilitado para Gestão Básica do SUAS, junto ao MDS em 2005, garantindo a manutenção de repasse de recursos federais bem como a operacionalização das ações previstas no Plano Municipal Plurianual da Assistência Social 2006-2009 e 2010-2013.

3.3 O Centro de Referência De Assistência Social – CRAS do Bairro Jaqueline no Município de Içara/SC

Como apresentado anteriormente, à proteção social encontra-se estruturada em dois eixos: Proteção Básica e Proteção Especial, de média e alta complexidade, porém abordaremos de forma mais aprofundada a Proteção Básica, haja vista ser este o foco de nosso estudo a qual deve ocorrer por meio dos serviços ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

O primeiro CRAS foi implantado no Município de Içara na data de vinte e oito de Março de 2012, denominado Centro de Referência de Assistência Social Jorge Elias de Luca, localizado no Bairro Jaqueline. O CRAS Jaqueline apresenta por território de abrangência os seguintes Bairros: Tereza Cristina, Loteamento Lima, Santa Cruz, Jardim Silvana, Jardim Elizabete, Raichaski, Centro, Jaqueline, Cristo Rei, 1º de Maio e Nossa Senhora de Fátima.

Criados pela Política Nacional de Assistência, o CRAS é um unidade pública estatal que deve estar presente em todos os municípios, embora alguns municípios ainda estejam buscando a sua implantação. As ações e serviços organizados no CRAS devem estar de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, visando o fortalecimento dos vínculos entre as famílias referenciadas e os bairros de sua abrangência, composta por uma equipe interdisciplinar.

O CRAS deve desenvolver suas ações embasadas em dois eixos: a matricialidade sóciofamiliar e a territorialização, onde o primeiro “se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da Política de Assistência Social” (MDS, 2009, p. 12).

Dessa forma, todos os serviços ofertados no CRAS devem ter como foco o atendimento às famílias do seu território, considerando que o contexto familiar é um espaço de formação dos

sujeitos e transmissão de valores, e ainda, um local marcado por desejos contraditórios e conflitos humanos.

Quanto ao segundo eixo, refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para o seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da Política de Assistência Social e conseqüente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (MDS, 2009, p. 15)

Considerar a territorialização como um dos eixos estruturantes das ações e serviços oferecidos no CRAS não significa apenas conhecer o espaço geográfico que circunda o CRAS, trata-se de compreender que é um local de inúmeras e distintas vivências e conquistas. É um espaço onde se manifesta as relações familiares e comunitárias e, portanto, identifica os sujeitos que ali estão inseridos.

O território expressa ainda os determinantes sociais que incidem sobre a sociedade, as expressões da questão social que afetam as famílias, bem como, as potencialidades dos sujeitos no enfrentamento às adversidades e conflitos que surgem. Os referidos eixos devem nortear o trabalho da equipe de profissionais com vistas a fortalecer a relação existente entre os membros das famílias referenciadas e ainda a relação entre a comunidade local a fim de propiciar mecanismos e meios de desenvolver as potencialidades de cada um.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.3) a Proteção Básica deve apresentar os serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. O CRAS possui duas funções específicas: gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF.

Cabe ressaltar que estes serviços só podem ser oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social. A primeira consiste em descentralizar a oferta de alguns serviços socioassistenciais do órgão gestor, assim os direitos sociais e serviços encontram-se mais próximos dos usuários. Através da gestão territorial, o CRAS deve se tornar um espaço de proteção as

famílias realizando a referência e contra-referência com as demais instituições que compõem a rede socioassistencial.

3.3.1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do Bairro Jaqueline

Dentre os Serviços ofertados no CRAS trataremos especificamente neste artigo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SVFV). O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Apresenta uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os beneficiários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O SCFV deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça entre outros. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar prevista na Política de Assistência Social.

Usuários do SCFV:

Crianças de até 6 anos, em especial:

- Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI);
- Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;

- Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos.

Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, em especial:

- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI);
- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter.

Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos, em especial:

- Adolescentes e Jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Adolescentes e Jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Adolescentes e Jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Adolescentes e Jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ou Adolescentes e Jovens - egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual;
- Adolescentes e Jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda;
- Jovens com deficiência, em especial beneficiários do BPC;
- Jovens fora da escola.

Idosos (as) com Idade Igual ou Superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial:

- Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.

3.4 As ações socioeducativas enquanto estratégia metodológica no trabalho realizado com adolescentes no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

A adolescência é reconhecida como um período de mudanças físicas, emocionais e intelectuais, atravessadas por contextos culturais que ensejam diversas expressões do “ser adolescente”. É assim que a adolescência se revela também como um processo de construção sociocultural.

Muitos já assumem responsabilidades perante a família, para uma significativa parcela deste grupo, o término da 9ª série marca o encerramento da vida escolar. Os que pretendem continuar os estudos terão, em muitos casos, que conjugar trabalho e estudo. No entanto, a frequência ao ensino regular fundamental e médio com efetiva aprendizagem, deve possuir centralidade para adolescentes de 12 a 15 anos.

Os adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aqueles que vivem as consequências das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002).

As desigualdades sociais não são mais suficientes para explicar as situações de risco e abandono em que vivem os adolescentes em nosso país, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Estas situações ocorrem, principalmente, sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária pelos quais passa a sociedade, ou seja, estão relacionadas ao enfraquecimento das redes sociais e, portanto, a um forte sentimento de solidão e vazio de existência.

Na Política da Assistência Social as ações socioeducativas objetivam ofertar aos usuários um conjunto diversificado de oportunidades de aprendizagem, desenvolvendo a autoconfiança e as capacidades dos indivíduos.

As ações socioeducativas com os adolescentes no Centro de Referência de Assistência Social visam o convívio familiar e comunitário, bem como a participação em grupos e oficinas. As expressões artísticas são inúmeras entre os adolescentes e representam um canal de expressão de suas inquietações e mudanças. É através das práticas socioeducativas que temos um leque de novos saberes, de diferentes culturas e de vários posicionamentos, possibilitando um desenvolvimento humano, capaz de interagir e se relacionar melhor com o meio em que vive.

Dentre as diversas ações socioeducativas, destaca-se no CRAS do Bairro Jaqueline, as atividades voltadas ao esporte, à cultura, o aprendizado das tecnologias digitais, trabalhos lúdicos e artesanais.

Assim, é de fundamental importância não somente a participação dos adolescentes nas atividades desenvolvidas no CRAS, mas, também, é essencial o envolvimento e participação das famílias nos grupos, favorecendo uma melhor convivência familiar e comunitária.

Assim, a participação dos adolescentes e seus familiares nas atividades em grupo favorecem uma melhor convivência familiar e comunitária, bem como a formação de sujeitos sociais com autonomia. O trabalho em grupo é uma estratégia que pode ser adotada para conhecer os adolescentes bem como realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários. Os participantes podem ser encaminhados para outras atividades distintas, como grupos de geração de renda ou de acompanhamento familiar.

As ações socioeducativas no CRAS geralmente são realizadas em grupo, sendo esta uma estratégia que para conhecer os adolescentes bem como realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários, principalmente para outros tipos de serviços conforme a demanda apresentada, como grupos de geração de renda ou de acompanhamento familiar. Os procedimentos metodológicos nas atividades grupais objetivam o desenvolvimento de capacidades psicossociais, fortalecimento de vínculos, enfrentamento de vulnerabilidades e acompanhamento dessas vulnerabilidades de forma mais próxima ao usuário.

Os adolescentes incluídos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do Jaqueline apresentam questões sociais com prioridade para adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência

de renda e com acesso precário a renda e a serviços públicos, em situação de risco e vulnerabilidade social, crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, bem como, vínculos familiares em fragilidade.

Nesse sentido, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos busca a superação das vulnerabilidades sociais mediante um processo de construção e fortalecimento dos vínculos relacionais e de pertencimento que promovam a proteção e a garantia de direitos. Trata, também, dos aspectos relacionados às contradições e aos conflitos que permeiam as relações de convivência familiar e comunitária, e como estes interferem na construção e no fortalecimento de vínculos, fazendo com que esses adolescentes possam atingir seus objetivos, superando suas vulnerabilidades, prevenindo situações de risco e direito violada.

Para uma melhor efetividade destas ações socioeducativas, é necessário estabelecer parcerias com a escola, com a família, com a comunidade, com toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente.

4 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa caracteriza-se quanti-qualitativa. As pesquisas qualitativas têm caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem surgir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea.

As pesquisas quantitativas são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados como formulários e questionários. São utilizados quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa. Permitem que se realizem projeções para a população representada. Elas testam, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem índices que podem ser comparados com outros

Este estudo teve como público-alvo adolescentes que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do Bairro Jaqueline no município de Içara/SC. A escolha do local desta pesquisa foi pautada em uma necessidade técnica dos pesquisadores, em aprofundar seus conhecimentos, diante dos avanços da Política Nacional de Assistência Social, a partir do SUAS, analisando detalhadamente o impacto que as ações

socioeducativas provocam na vida dos usuários dos serviços e suas famílias. Assim, objetivou-se trabalhar no CRAS do Bairro Jaqueline, utilizando como critério o fato de o município de Içara apresentar apenas 02 (dois) CRAS, sendo que este foi o primeiro CRAS implantado no município em 2012.

Inicialmente, entrou-se em contato com o CRAS do Bairro Jaqueline com o objetivo de solicitar autorização para a realização da pesquisa. Na oportunidade, foi assinado um Termo de Autorização (APÊNDICE I), pelo coordenador do CRAS, afim de que pudéssemos dar início à coleta de dados. Após, foi agendado um encontro com a equipe técnica composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Coordenação e Monitores, como o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido no CRAS e identificar a demanda de atendimento.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado questionário contendo 08 questões fechadas e 06 questões abertas (APÊNDICE II), os quais foram entregues aos adolescentes durante uma atividade socioeducativa. Cabe ressaltar que durante o período em que os adolescentes responderam ao questionário, além de subsidiarem as dúvidas referentes ao procedimento, as pesquisadoras mantiveram uma atitude de observação e de escuta qualificada quanto ao comportamento destes durante a atividade. As questões fechadas tiveram o objetivo de caracterizar o perfil do grupo a partir das seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade, bairro de origem, com quem residem, número de irmãos, tempo que frequenta o grupo, participação da família nas ações socioeducativas desenvolvidas pelo CRAS.

As questões abertas foram definidas a partir das seguintes categorias de análise: motivação para participar das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; expectativas de quando começou a participar; aspectos positivos e os que precisam ser melhorados quanto ao trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; possíveis mudanças ocorridas no relacionamento familiar, grupos de amigos na escola e comunidade após participar das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e sugestão de atividades que gostariam de desenvolver no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Os dados quantitativos foram analisados a partir de medidas estatísticas descritivas e apresentados em forma de gráficos. Nos dados qualitativos foi utilizado como recurso metodológico, à análise de conteúdo a partir do agrupamento das narrativas que apresentaram alguma semelhança nas respostas dos adolescentes.

Cabe ressaltar que a referida escolha deve-se ao fato de que na pesquisa qualitativa, a quantidade gerada de informações provenientes do conteúdo originado da fala dos sujeitos é relativamente grande exigindo por parte do pesquisador, apreender de forma mais fidedigna possível, o significado das palavras expressas pelos sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, de acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inseridas nas mensagens).

A adoção da análise de conteúdo é justificada por descrever e interpretar conteúdos de determinado documento ou de textos. A análise de conteúdo tem suas particularidades essenciais, dentre elas um meio de estudar as “comunicações” entre pessoas, enfatizando a mensagem inserida no processo comunicativo.

Para Setúbal (1999), a análise de conteúdo se utiliza não só de mensagens, mas também das expressões dos sujeitos sociais produzindo um conhecimento que se constrói na interação entre pesquisador e pesquisado.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos na fase de coleta de dados da pesquisa realizada com os adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara/SC.

No entanto, gostaríamos de ressaltar que durante a etapa de coleta de dados, constatou-se que havia alguns participantes com idade de 10 e 11 anos, os quais deveriam estar inclusos no grupo de crianças. Assim, em conversa com o monitor sobre a inclusão de diferente faixa etária, o mesmo nos informou que foi uma decisão da equipe técnica, pois os mesmos não possuíam perfil para estar no grupo de crianças, pelo fato do grupo não estar atendendo suas expectativas e não se sentirem à vontade em razão da estatura e nível de desenvolvimento.

Diante deste fato, as pesquisadoras decidiram manter o grupo na sua constituição original, bem como o objetivo da pesquisa que seria avaliar a importância da atividade

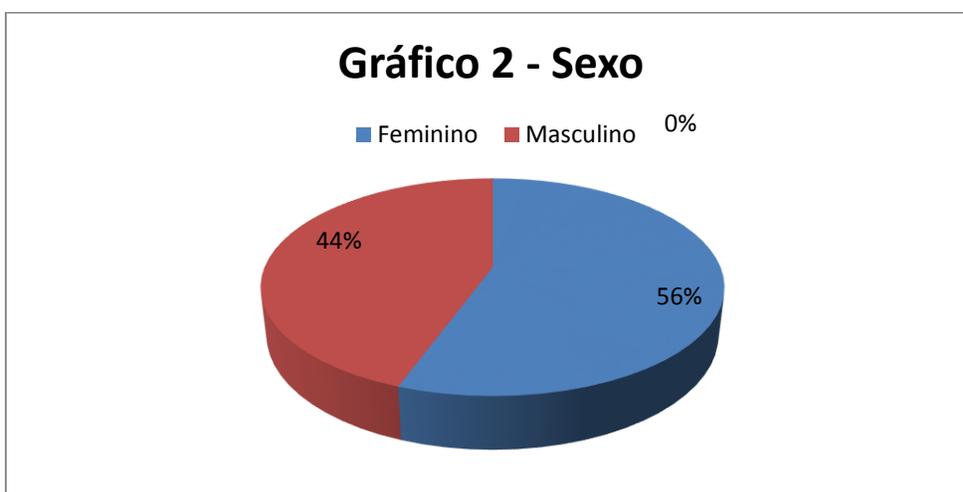
socioeducativa no grupo de adolescentes, incluindo nos resultados as entrevistas realizadas, também, com a faixa etária de 10 e 11 anos.

A seguir serão discutidos e apresentados em forma de gráfico os dados referentes às questões fechadas:



Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

De acordo com o gráfico acima verifica-se que 22% dos entrevistados têm 10 anos de idade, enquanto que 45% têm entre 11 e 13 anos, seguido de 33% que tem idade entre 14 e 16 anos.



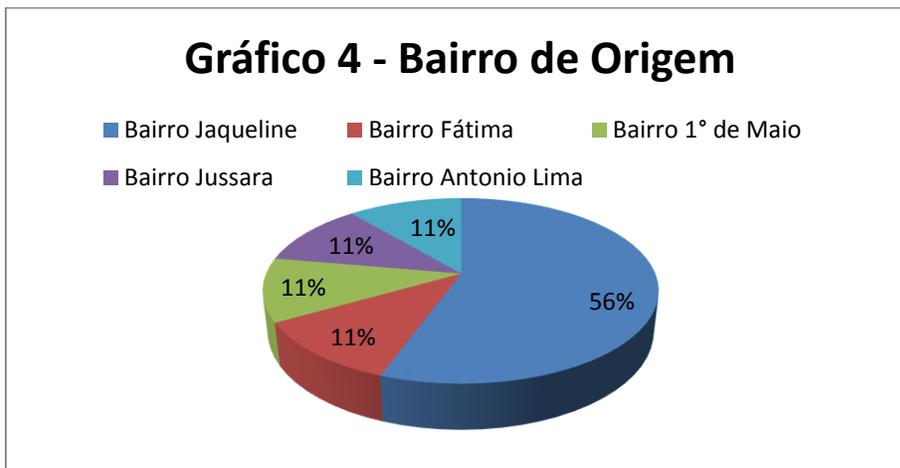
Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

Conforme se pode verificar acima, 56% dos entrevistados são do sexo feminino e os outros 44% são do sexo masculino.



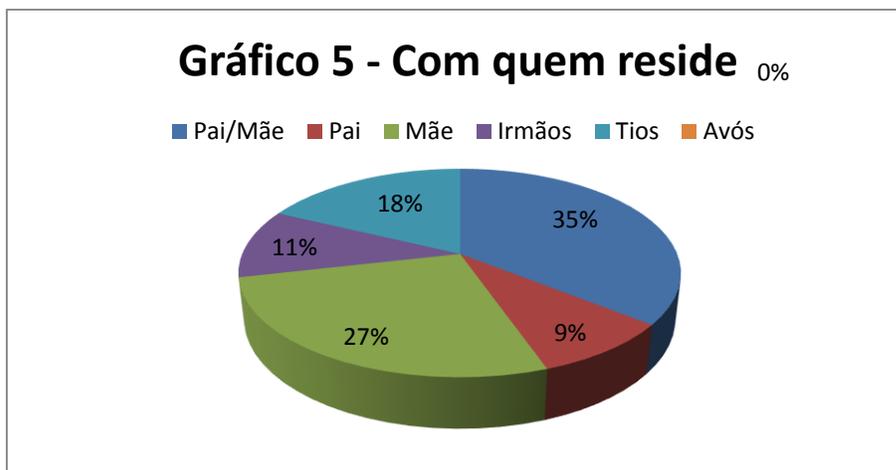
Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

Os dados apontados no gráfico acima demonstram que 100% dos entrevistados encontram-se cursando o ensino fundamental, sendo que a escolaridade está de acordo com a faixa etária dos adolescentes.



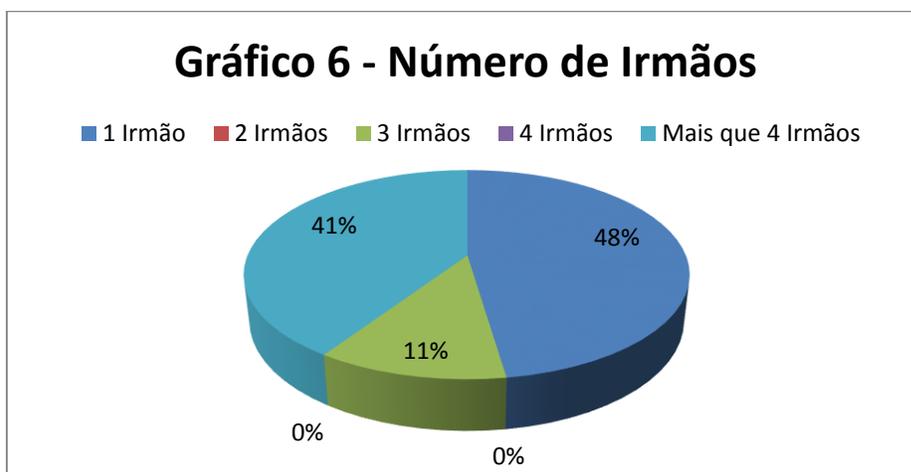
Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

De acordo com o que demonstra o gráfico acima 56% dos adolescentes reside no Bairro Jaqueline, onde estão localizadas as famílias em maior situação de vulnerabilidade e riscos sociais, seguido dos bairros de Fátima, 1° de Maio, Jussara e Antônio Lima, todos com percentual de 11%.



Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

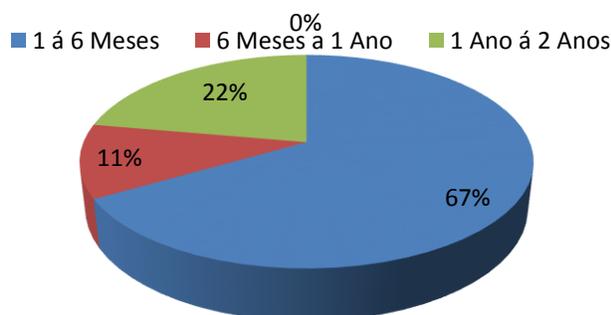
Conforme informações acima, 35% dos entrevistados residem com os pais, 27% somente com a mãe, 18% residem com os pais e tios, 11% possuem irmãos e 9% residem com o pai, sendo que nenhum declarou morar com os avós. Pode-se perceber nesta variável um número expressivo de famílias monoparentais.



Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

De acordo com o gráfico acima, 48% dos adolescentes possuem apenas um irmão, 41% possuem mais de quatro irmãos, e 11% possuem três irmãos, isto representa que as famílias atendidas no CRAS, são geralmente numerosas, um dos fatores que podem contribuir para o agravamento da condição de vulnerabilidade social.

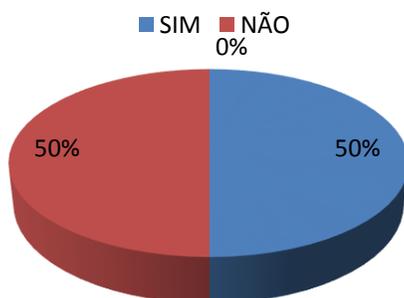
Gráfico 7- Tempo que frequenta o Grupo.



Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

Quanto ao tempo que os adolescentes participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, evidencia-se que 67% frequentam de 1 a 6 meses, 22% de 1 a 2 anos, e 11%, estão entre 6 meses a 1 ano.

Gráfico 8 - Sua família participa das ações desenvolvidas pelo CRAS?



Fonte: Dados de Pesquisa (2015)

De acordo com gráfico acima, 50% das famílias dos adolescentes participam de algum serviço no CRAS, sendo que o restante, ou seja, 50% não estão participando. Este dado é de suma importância, e nos faz refletir que é necessário de acordo com o objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos motivar a família para participar, pois só assim estaremos fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

A seguir serão discutidos e apresentados os dados referentes às questões abertas. Serão utilizadas como siglas as duas primeiras letras do nome dos participantes da pesquisa:

Categoria 1 – Motivação para participar das ações socioeducativas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Nesta categoria, identifica-se que a maioria dos adolescentes mencionou como principal motivo que os levou a participar das ações socioeducativas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a ocorrência de trabalho infantil e incentivo da mãe, o que pode ser evidenciado a partir das seguintes narrativas que se seguem:

“A mãe que colocou...” (RE)

“A amiga que convidou, e trouxe eu e meu irmão.” (GI)

“Porque eu ficava na rua e não gostava de ficar em casa...” (GE)

Torna-se importante salientar a necessidade de planejamento das atividades e da organização de grupos adaptados a interesses e possibilidades dos adolescentes que dele participam, sendo um diferencial para a motivação da participação destes nas atividades.

De acordo com as orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, destaca a importância do trabalho de grupo:

Os grupos deverão promover a socialização e o aprofundamento dos relacionamentos, oferecendo aos participantes a vivência de espaços coletivos de diálogo, respeito à opinião e aos valores do outro. Além disso, deverão ser momentos nos quais se incentive a expressão e se vivencie a oportunidade de defesa de interesses pessoais, a exposição de argumentos e articulação, no intuito de criar o sentimento de coletividade. O trabalho em grupos possibilita o reconhecimento e o respeito às diferenças, por meio de um diálogo aberto e respeitoso. Recomenda-se, dessa forma, a formação de grupos heterogêneos (exceto, como se verá adiante, pelo quesito ciclo etário), compostos por crianças e adolescentes com vivências, situações, experiências, vulnerabilidades e potencialidades diferenciadas. (MDS,2010)

Categoria 2 – Expectativas em participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Ao questionarmos sobre as expectativas *em participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, todos os adolescentes relataram estar satisfeitos e que gostam muito de participar. Conforme narrativas abaixo:

“tenho amigos, gente legal pra conversar e não quero ficar na rua.” (GE)

“fiz amizades, gosto de vir.” (AN)

“Adoro participar do grupo...” (JA)

De acordo com Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2013), é necessário conhecer a expressão de desejos e expectativas de cada um, crianças, adolescentes, familiares, facilitadores, orientadores sociais e técnicos, sobre como serão constituídas as atividades cotidianas e quais as melhores formas para conviver, fortalecer vínculos e garantir o desenvolvimento integral de todos num processo de contínuo crescimento social e político, a fim de assegurar um trabalho socioassistencial.

Categoria 3 – Aspectos positivos e o que precisa ser melhorado quanto ao trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Sobre os aspectos positivos e o que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos precisa fazer para aprimorar seu trabalho, todos os adolescentes deixaram claro que todas as atividades já realizadas são boas, com relevância para as de artesanato, literatura, esportivas e de expressão corporal, bem como as realizadas em grupo com os colegas. Os adolescentes responderam da seguinte forma:

“brincadeiras na rua com o grupo, leitura de livro...” (AN)

“Não precisa melhorar nada, tem atividades com os colegas que eu gosto.” (GI)

“gosto de aula de artesanato, de expressão corporal.” (RE)

As ações socioeducativas devem viabilizar o acesso às atividades que promovam desenvolvimento de relações de afetividade; reparação de danos decorrentes de

estigmas, discriminações e situações de violência; convívio em grupo (sociabilidade); acesso à conhecimentos; experimentação e meios que favoreçam a autonomia; estimulem o senso de responsabilidade e de coletividade; desenvolvam a participação na vida familiar e comunitária no território. (PARÂMETROS DAS AÇÃO SOCIOEDUCATIVAS, 2007)

Categoria 4 – Mudanças no relacionamento familiar, grupo de amigos, escola e comunidade, após a participação nas ações socioeducativas realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Quanto às mudanças no relacionamento familiar, grupo de amigos, escola e comunidade, após a participação nas ações socioeducativas realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os adolescentes alegaram que houve maior desempenho escolar, fizeram novas amizades, o relacionamento familiar e o convívio familiar ficaram melhores, bem como se percebem mais obedientes com os pais. Como se pode destacar nas narrativas abaixo:

“...antes a mãe ficava com medo de eu me envolver com drogas, pois ficava nas ruas...” (GE)

“A mãe trabalhava e eu ficava sozinha em casa, meu irmão freqüenta de manhã e eu a tarde, a gente só se vê a noite.” (RE)

“Antes eu tinha vergonha, e fui conhecendo novos amigos.” (GI)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013) todos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho individual e em grupo e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos proporciona uma relação de interatividade entre os participantes, ampliando a rede social, ampliação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Categoria 5 – Sugestão de atividade que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ainda não disponibiliza

Nesta categoria foram mencionadas as seguintes atividades como sugestão, o que pode contribuir no planejamento das atividades para o ano de 2016:

“Parque, piscina e campo de voleibol.” (GI)

“Mais brincadeiras.” (GE)

“Aula de informática.” (RE)

Categoria 6 – Importância da Participação da família no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Nesta categoria, quando questionados sobre a importância da participação da família no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a maioria mencionou que considera importante que a família participe das atividades no CRAS, como se pode evidenciar através das seguintes narrativas:

“Sim, porque pode ficar mais perto da família.” (RE)

“Sim, porque podemos aprender mais coisas, convive com todo mundo, acho que por isso que é serviço de convivência.” (GI)

Porém, um dos adolescentes declarou que a família não participa,

“não participa, somente eu.” (NA)

Diante disto, é fundamental a participação da família nos serviços ofertados pelo CRAS, a fim de possibilitar a ampliação e o fortalecimento dos vínculos familiares.

No entanto, é necessário compreendermos a pluralidade da família, suas formas de organização e as particularidades que emergem da condição de classe social, bem como da singularidade relativa a questões étnicas e culturais, são aspectos preponderantes para as atividades socioeducativas direcionadas às famílias.

A participação da família nos programas sociais não é algo novo, mas sim o papel que está sendo atribuída a esta. Se no passado a família participava através do cuidado de seus dependentes, hoje ela passa a ser centralidade nas políticas públicas. A PNAS (2004, p. 29) identifica que:

[...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

Independentemente das estruturas familiares e das suas funções sociais, esta assume o papel de mediadora entre os sujeitos e o coletivo. É possível afirmar que a família é a principal instituição que o ser humano tem acesso e é onde inicia seu processo educativo, constituindo-se num espaço de proteção e cuidado de seus membros, preparando-os para a convivência em sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou como tema central “A Voz dos Adolescentes: estudo de caso no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara/SC”.

Ao finalizar esse estudo conclui-se e considera-se de extrema importância, as ações socioeducativas desenvolvidas com os adolescentes que participam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara/SC, haja vista, que contribuem para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como, estimulando o protagonismo social, promovendo capacidades e autonomia, objetivando a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral dos adolescentes, desenvolvendo habilidades para uma boa convivência em sociedade.

Acredita-se que este artigo possa contribuir para que a equipe técnica possa repensar as ações socioeducativas desenvolvidas a fim de disponibilizar outras estratégias metodológicas e incluir outras atividades que venham ao encontro das expectativas dos adolescentes.

O estudo também demonstra que há pouca participação das famílias, exigindo um estudo mais detalhado que aponte os motivos que estejam contribuindo para a pouca participação destas no CRAS.

É fato que muito ainda se tem a avançar, no que diz respeito à busca ativa de outros adolescentes, mas o desafio tem sido enfrentado por toda a equipe técnica em aprimorar cada vez mais o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no entendimento da importância deste serviço para a vida dos adolescentes e de suas famílias referenciadas, pois é um canal que deve propiciar o desenvolvimento das potencialidades e o fortalecimento da capacidade protetora da família a fim de evitar a violação de direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F.S. e MARTINELLI, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília, UNESCO, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, setembro de 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Federal Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma **Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB - SUAS**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. República Federativa do Brasil. Brasília – DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15**. Brasília – DF, 2010.

_____. Ministério de Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **SIAB: Manual do Sistema de Informação da Atenção Básica**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: Acesso em: 26 de agosto de 2015.

Plano Municipal De Assistência Social 2014-2017. PAMS. Içara – SC, 2013.

Parâmetros das ações socioeducativas: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: Igualdade como direito, diferença como riqueza: Caderno 2: Conceitos e políticas. / CENPEC – São Paulo: SMADS ; CENPEC ; Fundação Itaú Social, 2007.

SETÚBAL, Aglair. **Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações**. In: M. Lúcia Martinelli. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

APÊNDICE I

	<p>UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL</p> <p>CURSO DE SERVIÇO SOCIAL</p> <p>PÓS-GRADUAÇÃO - SUAS e o trabalho interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social</p>
	<p>Pesquisadoras: Ana Claudia Soares dos Santos – Assistente Social Giseli Ghedin Carlos – Assistente Social</p> <p>Data da Pesquisa:</p>

Prezado adolescente, somos alunas do Curso de Pós Graduação-**SUAS e o trabalho interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social** da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, e estamos realizando uma pesquisa. O tema de pesquisa é **“A voz dos adolescentes: estudo de caso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara”**. A pesquisa tem como objetivo verificar o impacto das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara/SC, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes participantes e que contribuem para evitar a violação de direitos no contexto familiar e social.

Necessitamos de sua atenção para preencher este questionário, pois ele tem como objetivo caracterizar o perfil do grupo de adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS. Caso você prefira, não precisa se identificar. Desde já agradecemos sua colaboração.

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio incompleto
() Ensino Médio Completo

Bairro de Origem: _____

Com quem reside? () Pai/ Mãe () Pai () Mãe () Irmãos () Tios () Avos

Número de Irmãos: () 1 () 2 () 3 () 4 () mais que 4

Tempo que frequenta o grupo: _____

Sua família participa das ações desenvolvidas pelo CRAS? () Sim () Não

Se sim, em qual atividade/Programa? _____

1. Você considera importante a participação da família? Por que?

2. O que o motivou a participar das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS? Você veio por iniciativa própria, alguém o convidou? Conte sua história.

3. As expectativas que tinha quando começou a participar foram atendidas? O que você esperava encontrar aqui? O que o faz permanecer frequentando o grupo?

4. Destaque os aspectos positivos e os que precisam ser melhorados quanto ao trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

5. Você considera que houve alguma mudança na forma como passou a se relacionar com a sua família, grupos de amigos na escola e comunidade, entre outras, depois que começou a participar das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS? Em caso afirmativo, quais mudanças ocorreram?

6. Você teria alguma sugestão de atividade que o serviço ainda não disponibiliza e que gostaria muito de participar?

APÊNDICE II

CONVITE

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar de uma pesquisa que estamos realizando para o nosso trabalho final de Pós – Graduação - SUAS e o Trabalho Interdisciplinar: Competências, Demandas e Realidade Social. O tema de pesquisa é **“A voz dos adolescentes: estudo de caso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara”**. A pesquisa tem como objetivo verificar o impacto das ações socioeducativas desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município de Içara/SC, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes participantes e que contribuem para evitar a violação de direitos no contexto familiar e social.

A intenção da pesquisa é caracterizar o perfil dos adolescentes que participam das ações socioeducativas; verificar o que motivou os adolescentes a participarem das ações socioeducativas; conhecer a percepção dos adolescentes quanto ao trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e identificar se houve alguma mudança na vida dos adolescentes após participarem das ações socioeducativas. Como o público - alvo será os adolescentes, precisamos de autorização do CRAS para que possamos iniciar a coleta de dados. Para tanto, solicitamos confirmação de autorização, assinando este documento. Contamos com sua colaboração.

Ana Cláudia Soares dos Santos
Assistente Social – CRESS 12ª/ 6679
Pesquisadora


Gisele Ghedin Carlos
Assistente Social – CRESS12ª/4153
Pesquisadora


Ana Olga Teixeira
Coordenador do CRAS